

CAEI

Centro Argentino
de Estudios
Internacionales

Israel: ¿Recrudescimiento do sionismo?

by Pedro Lara de Arruda

Working paper # 15
Programa de Medio Oriente



Israel: ¿Recrudescimiento do sionismo?

by Pedro Lara de Arruda

A sociedade internacional ainda encontra-se estarelecida com a recente ação israelense contra uma flotilha que se dirigia à Faixa de Gaza com o propósito de entregar 10 mil toneladas de suprimentos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010a). Na ocasião, os cerca de 750 integrantes da frota humanitária foram surpreendidos por um ataque extremamente violento operado por um grupo de elite das Forças de Defesa Israelense (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010b). A ação inconseqüente resultou na morte de 10 manifestantes e feriu cerca de 40 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010c), além de impedir a chegada de suprimentos considerados mais do que necessários pelo próprio Secretário Geral da ONU – Ba ki-Moon (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010d).

Segundo Ba Ki-Moon, o fechamento das fronteiras de Gaza e o isolamento político e econômico que Israel impõe à região resultam numa situação de miséria em que a ajuda humanitária periodicamente autorizada pelo governo israelense – algo em torno de 15 mil toneladas por semana –, não supre nem 25% do que a população de Gaza necessita (BBC, 2010). Sem contar que muitos suprimentos vitais acabam sendo barrados pela política de isolamento imposta por Israel.

Diante desses fatos, as lágrimas que a mídia internacional arranca dos telespectadores ao noticiar a morte de 10 tripulantes da flotilha não refletem se quer um esboço das mortes que certamente ocorrerão pela privação dos palestinos de Gaza dos recursos transportados pela flotilha.

Da parte Israelense, alega-se que a ajuda humanitária era, na verdade, uma forma de penetração de grupos terroristas, supostamente ligados à ONG IHH (Insani Yardin Vakfi, ou Humanitarian Relief ound), e que a violência foi conseqüência imediata da hostilidade com que os tripulantes receberam o desembarque militar em seus barcos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010b). Além de qualquer debate sobre os vínculos que a IHH viessem a ter com grupos terroristas, o fato é que essa era apenas uma das tantas ONG's, instituições e personalidades que compunham a flotilha, o que não nos permite generalizar que o coletivo de organizações seguia uma mesma visão (FREE GAZA.ORG, 2010a). Também não parece muito razoável supor que a iniciativa humanitária tenha quaisquer vínculos com terroristas, tanto pela ausência de evidências materiais mesmo após a apreensão dos barcos e suas respectivas cargas, quanto pela presença de algumas personalidades praticamente acima de quaisquer suspeitas, como: O Ex-Embaixador estadunidense para o Oriente Médio, Edward L. Peck; a professora da School of Oriental and African Studies (Holanda), Annekarijn de Jong; a professora e médica estadunidense Hedy Epstein, de 86 anos, que participou do grupo de pesquisadores que embasaram os julgamentos de Nuremberg; a estadunidense e co-fundadora do movimento Free Gaza, Greta Berli; a ativista humanitária irlandesa, Caoimhe Butterl, que já atuou em crises no Zimbábue, Chiapas, Guatemala, Líbano, Iraque, Haiti e na própria Palestina; a irlandesa e ganhadora do Nobel da Paz em 1976, Mairead Maguire, de 66 anos; o também irlandês, Denis Halliday, que foi Assistente do Secretario-Geral da ONU para Programas de Ajuda Humanitária no Iraque entre 1994 e 1998; o Senador irlandês Mark Daly, que atua na Comissão de Assuntos Externos; a jornalista polonesa, Ewa Jasiewicz, que escreve para os jornais, The Independent, The Guardian, Le Monde Diplomatique, Red Pepper; a parlamentar alemã Annette Groth, porta-voz da Comissão de Direitos Humanos do German Bundestag; a também parlamentar alemã Inge Höger, que atua nas comissões de Defesa e Saúde; o professor da University of



Economics and Political Science de Hamburgo (HWP) e atual membro do parlamento alemão – Bundestag –, Norman Paech, de 72 anos; dentre vários outros (FREE GAZA.ORG, 2010b).

As acusações de associação com o terrorismo que o Estado Israelense faz são absurdas, tanto em face da composição dos tripulantes quanto em face das próprias experiências anteriores de ajuda humanitária a Gaza por meio de frotas não-autorizadas. A flotilha recém-interceptada, denominada Freedom Flotilla, não foi a primeira iniciativa de fornecer suprimentos a Gaza sem o consentimento do Estado israelense. Esta prática, que sempre existiu nos períodos de bloqueio da região, institucionalizou-se em 2006, quando criou-se o Free Gaza Movement, com o propósito de promover incursões humanitárias periódicas à região. Entre 2006 e 2008 o movimento ganhou uma grande visibilidade e a adesão de figuras ilustres, o que resultou na primeira incursão humanitária do tipo, no ano de 2008. Bem sucedida, essa primeira flotilha desembarcou em Gaza no dia 23 de agosto do mesmo ano, distribuindo os suprimentos que transportara. Em vista do sucesso da operação, houve uma rápida campanha para arrecadação de suprimentos, que culminou com uma segunda missão bem sucedida, ainda em outubro do mesmo ano (FREE GAZA.ORG, 2010c).

Desde então a visibilidade dessas ações foi tornando-se cada vez maior, assim como a adesão de personalidades e instituições respeitáveis que, por isso mesmo, afastavam cada vez mais as suspeitas de associação com o terrorismo. Nas seis viagens que se seguiram, todas bem sucedidas, nunca houve maiores problemas e, apesar das críticas e ameaças israelenses, nunca surgiu qualquer evidência de que as viagens servissem para algo além de abastecer a região com suprimentos básicos.

Dessa forma, notamos que o a tentativa israelense de justificar sua ação não se fundamenta, tanto em função da composição da atual flotilha, quanto em função do histórico positivo dessas operações. Além de denúncias, os israelenses não possuem absolutamente nenhuma evidência, presente ou histórica, de que a Freedom Flotilla tenha agido em favor de grupos terroristas.

Se não foi, portanto, a ameaça de terrorismo que justificou a violência do último dia 31 de maio, o que então poderia ter justificado tal ato? A chancelaria israelense fala numa suposta reação hostil diante da invasão dos barcos por suas forças militares (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010b). A verdade por trás das narrativas talvez nunca venha a tona, porém, sabe-se que, por mais hostil que tenha sido a recepção aos soldados, ela não contava com mais do que paus, pedras, correntes e facas de cozinha, conforme atestam as próprias fotos cedidas pelo governo israelense para justificar porque teve de usar um de seus batalhões militares mais violentos e bem armados (BBC, 2010b). Desproporcionalidade é o mínimo que podemos acusar Israel de ter cometido, porém, esta é uma culpa que não constrange quem vem há mais de 50 anos revidando pedradas e bombas caseiras com ataques aéreos, tanques blindados e armas de destruição em massa. Por isso mesmo, desproporção não serve de resposta à nossa pergunta, sobretudo porque a truculência da operação não parece ter sido reflexo do despreparo e da surpresa das tropas, mas sim o ato final de uma estratégia previamente decidida. Além das viagens anteriores organizadas pelo Free Gaza Movement, o governo israelense teve tempo suficiente de se preparar para lidar com a situação, visto que todo o cronograma da Freedom Flotilla estava previamente disponível para quem quisesse saber e foi inclusive avisado ao governo Israelense (FREE GAZA.ORG, 2010d).

A bem da verdade, o que Israel pretende com essa ação é garantir que as restrições a elementos básicos de sobrevivência consigam frear a “Bomba Populacional Palestina”, ou, em outras palavras, promover o extermínio da população palestina por meio da imposição da miséria, evitando assim que haja uma maioria árabe em territórios israelenses (MAALOUF, 2009; BARAN, 2007). Por mais que o governo declare que o cerco à Faixa de Gaza é uma retaliação à ascensão política do Hamas, o fato é que a trajetória histórica das políticas israelenses para a região não



demonstram que esta prática de genocídio pela fome e pela doença seja algo novo (COOK, 2006). Assim como os organismos internacionais não demonstram que restrições à ajuda humanitária sejam necessárias para o enfrentamento de grupos rebeldes (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010e), ou terroristas como Tel Aviv pretende chamar.

Desde a criação do Estado de Israel evidencia-se um consenso no discurso das principais forças políticas no que concerne ao ideal de homogeneidade étnico-religiosa do país (MAALOUF, 2009; MASALHA, 2002; 2008). O jogo político israelense sempre orbitou em torno de duas posições políticas: A Trabalhista, de características nacionalistas e socialistas, que inicialmente dirigiu o país tendo a frente o Primeiro Ministro, David Ben Gurion (MASALHA, 2002); e a Revisionista¹, de características nacionalistas liberais, fortemente inspirado nas idéias de Ze'ev Jabotinsky (MASALHA, 2002). Segundo o historiador palestino-israelense Nur Masalha (2008), ambas as articulações políticas defendiam um Estado 100% étnico. No campo político, as divergências entre essas correntes sionistas restringiam-se, portanto, ao maior pragmatismo dos Trabalhistas, que buscavam a homogeneidade étnico-religiosa por meio da delimitação de espaços geográficos maiores para o Estado israelense (“mais judeus, menos palestinos”), enquanto os revisionistas preocupavam-se mais em construir o que Jabotinsky chamou de “Muralha de Ferro”, ou seja, um aparato de violência que isolasse Israel do mundo árabe ao seu redor. Por consequência, os revisionistas davam menos importância à extensão geográfica do Estado e cuidavam mais de se fortalecer. Nessas duas leituras, um aspecto é muito claro, as principais forças políticas do sionismo jamais aceitaram um estado híbrido e, não importa se por meio da expansão geográfica ou da blindagem territorial, seu ideal sempre foi fazer de Israel um estado exclusivamente judeu (MAALOUF, 2009; MASALHA, 2002; 2008).

Nos primeiros 19 anos de existência de Israel, a postura diante dos palestinos deslocados de seus territórios foi pura e simplesmente tratá-los pela nacionalidade dos países para os quais emigraram, negando-lhes eventuais direitos de retorno e cidadania (THE DECLARATION OF THE ESTABLISHMENT OF THE STATE OF ISRAEL, 1948; MASALHA, 2008; NIGRI, 2005). A já complicada situação destes palestinos forçados a migrarem piorou ainda mais quando, em função do expansionismo israelense evidenciado na Guerra dos Seis dias, as áreas de concentração de emigrados palestinos voltaram a ficar sobre domínio israelense. Levas de palestinos que há 19 anos viram-se obrigados a abandonar seus lares encontravam-se mais uma vez na iminência de um êxodo forçado, pois Israel mais uma vez negava-lhes a cidadania, além de imprimir claros esforços para colonizar as regiões recém-anexadas (MAALOUF, 2009).

Diante dessa realidade, a população palestina passou a se organizar no sentido de promover uma resistência pacífica à colonização israelense. Articulando-se a partir do Líbano, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) estruturou as bases de uma resistência, começou a cobrar direitos de retorno, cidadania e, principalmente, intensificou as demandas por um Estado Palestino (COBBAN, 1992; CLEVELAND, 2004).

Se os ganhos territoriais significaram um triunfo do ideal trabalhista de expandir geograficamente os territórios israelenses, substituindo territórios hostis por territórios nacionais, por outro lado significou um grande problema para Israel. Diferentemente da primeira colonização

¹ O termo revisionista advém do segmento sionista que buscava a “revisão” do Mandato Britânico para a inclusão da Transjordânia e da Palestina, que formariam a base territorial do “Estado judeu” (MASALHA, 2002, p. 75). Esta corrente sionista formaria nos anos 1970 uma coalizão chamada de Likud, adotando uma plataforma liberal para a economia, com ênfase nas privatizações e na luta contra o poder dos sindicatos, enquanto que na segurança deu prosseguimento à ideologia da “muralha de ferro”, ou seja, o uso da força militar com os vizinhos árabes supostamente hostis a Israel. O partido de direita ganharia as eleições parlamentares de 1977, tendo acabado com a hegemonia de mais de 29 anos de poder do Partido Trabalhista.



israelense sobre regiões de população palestina, essa não obteve o sucesso esperado na promoção do êxodo, justamente porque os palestinos estavam politicamente unidos por meio da OLP (CLEVELAND, 2004). Desta vez os palestinos foram conquistados, mas não expulsos. Nesta ocasião o revés israelense foi ainda potencializado pela altíssima densidade populacional das áreas recém-anexadas – Península do Sinai; Jerusalém Antiga/Oriental; Montes Golã; Cisjordânia; e, principalmente, a Faixa de Gaza, uma pequena faixa de 330km² na costa do Mar Mediterrâneo, em que habitam 1,5 milhões de palestinos, em sua maioria, jovens (MAALOUF, 2009). O resultado foi que a população palestina dos territórios recém anexados significava nada menos que 40% da população total de Israel (MAALOUF, 2009).

Com isso o grande desafio de Israel passa do enfrentamento aos vizinhos hostis ao esforço por promover um segundo êxodo palestino do que agora se tornou território israelense. A questão com os vizinhos, como sabemos, ainda viveria momentos de tensão com a Guerra do Desgaste (1968-70) e do Yom Kippur (1973), para adentrar então num período de co-existência pacífica que se segue até hoje (exceto pela questão com o Líbano que, como veremos, foi mais um desdobramento da questão interna israelense na promoção da homogeneidade judia).

Não obstante o sucesso da política expansionista e a “ameaça interna” representada pela grande população palestina reivindicando cidadania israelense, Tel Aviv passou a reorientar sua política sionista no sentido do isolamento (e não da dominação e anexação territorial), adotando o sionismo de cunho nacionalista liberal de Jabotinky. Reflexo imediato disso foi a ascensão do partido Likud, o primeiro de orientação Jabotinkyana a possuir um representante no cargo de Primeiro Ministro (MASALHA, 2002). Desde 1977, com a eleição de Menachem Begin (Likud) que as preocupações israelenses voltam-se muito mais para a inconveniente presença de palestinos em seu território do que propriamente para ameaças externas. Em função disso, o cenário político que até então tinha sido exclusivamente nacionalista socialista, principalmente sob a bandeira do Partido Trabalhista, passou a ser dividido com partidos liberais nacionalistas Jabotynkianos, como o Kadima e o Likud, com um sionismo ainda mais repleto de ideais judaico-eugênicos.

Uma primeira consequência direta das idéias liberais nacionalistas foi a invasão israelense ao Líbano em 1982, ainda sob o governo do primeiro Primeiro Ministro do Likud – Menachem Begin. Esta invasão visava basicamente desarticular as bases da OLP, que, diante das perseguições do governo israelense em seu próprio território, se articulava a partir do Líbano (CLEVELAND, 2004; FRIEDMAN, 1991). Após 70 dias de bombardeio indiscriminado, atingindo inclusive áreas civis, hospitais, escolas e centros de apoio humanitário, Israel conseguiu desarticular bastante as estruturas da OLP, que acabou tendo de se retirar de Beirute. O ataque serviu ainda para derrubar o então presidente libanês Elias Sarkis, colocando em seu lugar um presidente cristão pró-israelense, Bachir Gemayel, que liderava a Falange, uma milícia ultra-direitista anti-palestinos (CORM, 2006).

Se os 70 dias de bombardeio e o golpe político não foram o suficiente para evidenciar ao mundo que Israel decidira lidar com o inconveniente palestino por meio do extermínio, certamente o genocídio que promoveria algumas semanas depois não daria margem a dúvida. Após o assassinato do Presidente imposto, Bachir Gemayel, Israel não tardou a reocupar o Líbano e, dessa vez, cercou os grupos palestinos em estádios que chamaria de campos de refugiados, mas que, porém, não seriam menos que campos de extermínio quando as tropas israelenses permitiram que tropas falangistas e outros grupos anti-palestinos entrassem armados e cometessem desimpedidamente seu genocídio protegido pela Força de Defesa de Israel. Esta operação teve um saldo final estimado em, pelo menos, 20 mil mortos (CORM, 2006; MAALOUF, 2009).

Nosso argumento aqui será, portanto, o de mostrar que a recente violência cometida contra ativistas humanitários é apenas a continuidade de uma política sionista de “muralla de ferro”, que vem ganhando cada vez mais espaço na política israelense desde o governo de Menachem Begin



e cujo objetivo seria claramente possibilitar o genocídio da população palestina, quer pelas mãos de milícias, quer pelas mãos da fome e da doença. Uma forma cínica de se cometer o genocídio sem abdicar da histórica posição de vítima que serve de berço para o Estado de Israel. Afinal, não cairia bem um estado que surgiu da piedade internacional às vítimas de Auschwitz impor uma violência semelhante a outros povos. Se a história serve de lição, os israelenses foram sagazes ao compreender que o genocídio só pode almejar ser o crime perfeito quando é feito pelas mãos de outros ou, no caso atual, pelo empurra-empurra de culpa e responsabilidades que sujeitam as vítimas à fome e à doença.

Provar que a recente violência israelense para garantir o bloqueio de suprimentos vitais aos palestinos da Faixa de Gaza foi apenas mais um elemento de continuidade do genocídio iniciado em 1982 não é de maneira alguma uma tarefa difícil. A princípio, basta olharmos qual foi a recepção da política israelense ao principal responsável pelo genocídio. Ariel Sharon, à época Ministro da Defesa, não foi exposto à sabatina dos tribunais penais ou militares, tampouco teve seu nome manchado com o sangue dos milhares que deixou derramar. Do contrário, ele foi o nome que o Likud encontrou para dar início a mais de uma década de Primeiros Ministros da legenda.

Esta continuidade também se evidencia na própria maneira como Israel busca jogar sob o Hamas a culpa de todos os atos de força que recaem sobre o povo palestino, sem, no entanto, pontuarem que a penetração deste grupo na Faixa de Gaza foi consequência de um esforço israelense por desestruturar a luta por direitos civis e políticos dos palestinos através da balcanização das áreas palestinas. Pode-se argumentar que a inclusão do Hamas como ator no cenário político palestino foi estratégia milimetricamente pensada pelo governo israelense que, como se sabe, negociou a vinda desse grupo para a Faixa de Gaza junto à Fraternidade Muçulmana Egípcia, com o propósito declarado de criar uma oposição à OLP. Conforme afirma Maalouf:

Para quebrar a resistência, os serviços secretos israelenses passaram a instilar a guerra civil intrapalestina, financiando grupos extremistas islâmicos, tradicionais inimigos da ideologia secular da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), principal liderança militar e civil do movimento nacional palestino. Dentre as organizações extremistas apoiadas por Israel, destacou-se um braço palestino da Irmandade (ou Fraternidade) Muçulmana egípcia, o Hamas, fundado em 1988, considerado, hoje, inimigo de Israel. (MAALOUF, 2009, p. 115).

Este envolvimento israelense com o Hamas, além de fragmentar a OLP no momento em que os palestinos tentavam, através da 1ª Intifada, revidar a violência recentemente sofrida no Líbano, foi também estratégico justamente por incorporar ao tabuleiro político um ator que, ao incorporar a causa palestina, estendesse à Faixa de Gaza uma inimizade que a Monarquia egípcia tinha de longa data pela Fraternidade Muçulmana Egípcia. Esta estratégia, bem sucedida, viria a ser peça fundamental no quebra-cabeças genocida articulado por Tel Aviv quando, a partir de Junho de 2007, Israel conseguiu o apoio egípcio para fechar completamente as fronteiras de Gaza (MAALOUF, 2009).

Uma outra evidência de que o bloqueio de Gaza é um muro de contenção a palestinos, e não apenas uma defesa contra o Hamas, é o fato de que Israel foi não poupou energias para coibir que o Hamas defendesse suas idéias por outro meio que não o das armas. Observando as recomendações dos Acordos de OSLO, o Hamas passou a se organizar politicamente, buscando uma alternativa não violenta para reivindicar seus interesses. Porém, os esforços de Israel para coibir uma tal mudança foram claros. Nas eleições para o Conselho Legislativo da Palestina, em 2006, o Hamas empenhou-se numa aliança heterodoxa e surpreendente que buscava espaço político.



O Hamas, de orientação sunita, formou uma aliança com o braço político do Hizbolla, de orientação xiita, com o governo laico dos alauitas da Síria e com os republicanos xiitas iranianos. A vitória nas urnas dessa coalizão, porém, não foi aceita por Israel e seus parceiros ocidentais, que rejeitaram os relatórios de observadores internacionais legitimando as eleições e, de forma unilateral, decretaram a nulidade do processo eleitoral. Mais do que isso, Israel forçou uma interpretação de que essa coalizão política tinha como plataforma política a destruição do Estado de Israel uma vez que um de seus integrantes, o Hamas, não reconhecia a existência do Estado de Israel (MAALOUF, 2009; PAPPÉ, 2006).

Curioso que, neste caso, o não reconhecimento do Estado de Israel foi interpretado como proposta política de destruição de Israel, mas, do contrário, Tel Aviv não reconhece que sua posição de não reconhecer o direito de criação de um estado Palestino seja uma plataforma política baseada na destruição dos palestinos.

O fato é que o Presidente israelense, Moshé Katsav, do Likud, fez crer que a articulação política do Hamas era um atentado contra Israel, encobrando as evidências de que o grupo estaria, na verdade, mudando para uma atuação não-violenta e institucionalizada, conforme prescrito nos Acordos de OSLO que Israel assinou (VIZENTINI, 2003).

Mais do que não reconhecer a vontade política palestina e fechar os canais de diálogo e da não violência, Israel empenhou-se em minar qualquer possibilidade de continuidade da ação política do Hamas. Fez isso por meio da intensificação do bloqueio a Gaza, principal base eleitoral da recém-formada coalizão política. Também com esse propósito, Israel confiscou os impostos de territórios palestinos (MAALOUF, 2009).

Diante da insatisfação geral que culminou na reorientação militar do Hamas e outros grupos de sua coalizão, Israel deu o empurrão necessário para a recondução do Hamas aos caminhos da violência quando, ainda em 2006, realizou dois ataques simultâneos, promovendo uma terceira grande invasão do Líbano e a primeira grande invasão militar da Faixa de Gaza desde a Guerra dos Seis Dias, causando a morte de 2000 árabes, em sua maioria civis, em um mês de ofensiva (PAPPÉ, 2006). Forçados a reagir, o Hamas, assim como o Hizbolla, transformaram a investida israelense num fiasco, o qual foi contornado por meio da autorização de Tel Aviv à venda de armas israelenses para a ANP, sob o governo do Fatah, então aliado de Israel (MAALOUF, 2009). Num último esforço pelo diálogo político, o Hamas chegou a abrir mão de alguns direitos conquistados nas urnas e propôs um governo de coalizão com o Fatah, mas de nada adiantou, pois em junho do mesmo ano “Mahmoud Abbas, sob orientação direta de Israel, dissolveu o gabinete do Hamas e nomeou um tecnocrata do FMI para o cargo de Primeiro Ministro” (MAALOUF, 2009, p. 118).

Ao Hamas, coube cumprir o papel que Israel lhe reservara desde o envolvimento do grupo que lhe deu origem com a questão palestina, qual seja, o de representar a violência na Faixa de Gaza, servindo assim de justificativa para as atrocidades israelenses em favor da consolidação de um estado étnico-judeu. Israel, por sua vez, serviu-se da ocasião para consolidar em termos literais o ideal Jabotinskyano de “Muralha de Ferro”, minando suas organizações políticas, subtraindo-lhes a arrecadação tarifária e impedindo o fluxo de pessoas e bens através do bloqueio mais rígido já imposto sobre um povo, o qual Israel decidiu unilateralmente e obriga o resto do mundo a aceitar, pois, por mais que a ONU já tenha votado a ilegalidade deste bloqueio em suas diversas agências e postos, o fato é que comercializar ou ajudar Gaza não é uma prerrogativa de qualquer país do mundo, posto que Israel proíbe qualquer gesto neste sentido (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009).

Esta satanização do Hamas e o menosprezo pelos civis de Gaza intensificou-se mais ainda no final de 2008, quando interesses eleitorais levaram o Primeiro Ministro Ehud Olmert a atacar Gaza. Enfraquecido desde seu envolvimento com a derrota israelense na Segunda Guerra do



Líbano, Olmert viu num ato de força a possibilidade de reafirmar o punho forte que um líder do Kadima deveria ter (RAVID, 2008). Além disso, os ataques de 2008 serviram para garantir que o Presidente recém-eleito dos EUA, Barack Obama, mantivesse a postura tradicional dos EUA no Oriente Médio e, dessa forma, não reorientasse a política externa de Washington no sentido de uma normalização das relações com a Síria, Irã e Iraque (MAALOUF, 2009).

Além dos interesses eleitoreiros e da parceria estadunidense, os últimos ataques serviram para coibir uma eventual emancipação política do Fatah com relação à política de Tel Aviv. O fato é que, por mais que o Fatah tenha momentaneamente se aliado a Israel, esta ainda é uma organização política interessada na promoção do Estado Palestino e na concessão de direitos de cidadania e retorno à população israelo-palestina. Não é interessante para Israel que haja uma estabilidade suficiente para que o Fatah avance nesse sentido, portanto, a saída mais óbvia é a constante balcanização dos territórios palestinos por meio do reavivamento de conflitos políticos e da destruição da ordem social geral sob os auspícios de uma caçada particular ao Hamas. Ao promover suas incursões contra o Hamas em territórios palestinos, Israel tanto desestabiliza todo o contexto sócio-econômico do Fatah como também revigora a importância política de seu principal opositor e, desta forma, satura o ambiente político palestino. A estratégia de Israel é simples, e consiste basicamente em favorecer o governo do Fatah, desde que a identidade política do Fatah seja uma mera antípoda do Hamas, impedindo assim que a organização palestina caminhe no sentido da organização social e, por conseqüência, condenando o povo à morte, por fome ou doença. Desta forma, Israel reserva-se ao direito de lavar as mãos na imunda pia da opinião pública simplesmente alegando que a causa destas mortes não é o seu abominável bloqueio, ou os ataques que frequentemente efetua, mas sim a desorganização político-social do povo palestino.

Dessa maneira, podemos concluir que a violência observada diante da Flotilha Humanitária não foi um descontrole momentâneo, tampouco resposta a uma ameaça, pois sem dúvidas Israel sabia não se tratar de ameaça alguma. Na verdade o que ocorreu foi mais um capítulo do sionismo intransigente e eugênico que marca a história de Israel desde seus primórdios. A violência observada foi, na verdade, um recado para que se respeite o isolacionismo Jabotinskyano da nova tradição política israelense. Este propósito fica mais claro e evidencia-se no caso do ataque à Flotilha se notarmos que, desde o ataque que colocou Bachir no governo do Líbano, a política Israelense vem buscando este objetivo de homogeneidade étnico-religiosa por meio do isolamento Jabotinskyano, um isolamento que internamente visa a homogeneidade e que externamente é imposto pela conveniência do assassinato que se comete sem a performance do crime, mas na passividade mesquinha de quem cerceia o que se faz necessário para a vida. Nessa compreensão, o extermínio de palestinos foi buscado pela desestruturação política da OLP, como também pelo genocídio consentido de 1982, pelos diversos ataques israelenses às áreas palestinas e, mais recentemente, pela privação de recursos básicos aos palestinos isolados em Gaza, cuja caricatura máxima foi o ataque à Flotilha inquestionavelmente humanitária.

O traço Jabotinskyano que marca a ação israelense desde 1982, evidenciada pelo predomínio de líderes ora do Likud ora do Kadima, não deve ser compreendida como uma verdadeira ruptura com a tradição trabalhista, afinal, o grande mote da política israelense sempre foi a homogeneização de sua população e, desta forma, é presumível que primeiro haja uma expansão geográfica, para então haver uma “limpeza” demográfica. O que não é natural é acomodarmo-nos enquanto espectadores deste teatro dos horrores em que o lobo se faz de cordeiro, o assassínio se faz de defesa e a piedade é apontada como culpada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BARAM, D. Disengagement and ethnic cleansing: Israel's pullout from Gaza is openly justified by demography. **The Guardian**, 16 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2005/aug/16/comment.israelandthepalestinians>

BBC. (2010). *Israel ataca frota humanitária para Gaza*. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2010/05/100531_israelboatattackaws.shtml

BBC. (2010b). *UN members decry Israeli raid on Gaza aid flotilla*. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/world/middle_east/10200351.stm

CLEVELAND, William L. *A History of the Modern Middle East*. Boulder, CO: Westview Press, p. 608, 2004.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. **HUMAN RIGHTS IN PALESTINE AND OTHER OCCUPIED ARAB TERRITORIES: REPORT OF THE UNITED NATIONS FACT FINDING MISSION ON THE GAZA CONFLICT**, 2009.

COOK, J. *Blood and religion: the unmasking of the jewish and democratic state*. Londres: Pluto Press, 2006.

CORM, Georges. *Le Proche-Orient éclaté (1956-2006)*. Paris: Gallimard, 2006.

FREE GAZA.ORG. (2010a). *Who we are*. Disponível em: <http://www.freegaza.org/pt/about-us/who-we-are>

FREE GAZA.ORG. (2010b). *Passengers*. Disponível em: <http://www.freegaza.org/pt/boat-trips/passenger-lists>

FREE GAZA.ORG. (2010c). *Our Mission*. Disponível em: <http://www.freegaza.org/pt/about-us/mission>

FREE GAZA.ORG. (2010d). *Live followup of missions to Gaza*. Disponível em: <http://www.freegaza.org/pt/boat-trips/live>

FRIEDMAN, Thomas L. *De Beirute a Jerusalém*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

COBBAN, Helena. *The Palestinian Liberation Organization: People, power and politics*. New York: Cambridge University Press, p. 309, 1992.

MAALOUF, Ramez Philippe. *Massacre em Gaza*. *Revista Urutáguá*. n. 18, p. 111 – 126, 2009.

MASALHA, Nur. *Israel: teorías de la expansión territorial*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2002.

_____. *La expulsión de los palestinos: el concepto de "transferencia" en el pensamiento político sionista, 1882-1948*. Madrid: Bósforo Libros, 2008.



NIGRI, Inacio Meneche. **Palaestina, Palestina: dos otomanos à partilha e à formação do Estado de Israel (do séc. XIX a 1947-48)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

[O ESTADO DE SÃO PAULO. \(2010a\). *Israel ataca frota de ajuda humanitária a Gaza e mata 'pelo menos 10 pessoas'*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,israel-ataca-frota-de-ajuda-humanitaria-a-Gaza-e-mata-pelo-menos-10-pessoas,559348,0.htm>](http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,israel-ataca-frota-de-ajuda-humanitaria-a-Gaza-e-mata-pelo-menos-10-pessoas,559348,0.htm)

[O ESTADO DE SÃO PAULO. \(2010b\). *Israel culpa tripulantes da frota pelo sangrento ataque*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,israel-culpa-tripulantes-da-frota-pelo-sangrento-ataque,559349,0.htm>](http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,israel-culpa-tripulantes-da-frota-pelo-sangrento-ataque,559349,0.htm)

[O ESTADO DE SÃO PAULO. \(2010c\). *Imprensa israelense critica governo após ataque a frota humanitária*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,imprensa-israelense-critica-governo-apos-ataque-a-frota-humanitaria,559854,0.htm>](http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,imprensa-israelense-critica-governo-apos-ataque-a-frota-humanitaria,559854,0.htm)

[O ESTADO DE SÃO PAULO. \(2010d\). *Bloqueio a Gaza deve ser 'levantado imediatamente', pressiona Ban*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,bloqueio-a-gaza-deve-ser-levantado-imediatamente-pressiona-ban,560827,0.htm>](http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,bloqueio-a-gaza-deve-ser-levantado-imediatamente-pressiona-ban,560827,0.htm)

[O ESTADO DE SÃO PAULO. \(2010e\). *Comunidade internacional condena ataque israelense à frota humanitária*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,comunidade-internacional-condena-ataque-israelense-a-frota-humanitaria,559363,0.htm>](http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,comunidade-internacional-condena-ataque-israelense-a-frota-humanitaria,559363,0.htm)

PAPPÉ, Ilan. Genocide in Gaza. The Electronic Intifada. 2 September 2006. Disponível em: <http://electronicintifada.net/v2/printer5656.shtml>

RAVID, Barak. Disinformation, secrecy and lies: how the Gaza offensive came about. Haaretz, 28 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.haaretz.com/hasen/spages/1050426.html>

THE DECLARATION OF THE ESTABLISHMENT OF THE STATE OF ISRAEL. (1948). Disponível em: <http://www.knesset.gov.il/docs/eng/megilat_eng.htm>.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Dez anos do Acordo de OSLO: o impasse Israel/Palestina. (2003). Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_130.htm

